

SANTANA. Antonio Ed Souza. Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: limites e possibilidades de fomento ao controle social. Revista da CGU/ Presidência da República, Controladoria-Geral da União. Ano IV nº 6, Setembro/2009. Brasília: CGU, 2009.

Antonio Ed Souza Santana, brasileiro, possui graduação em bacharelado em administração pela Universidade Federal da Bahia (1999) e mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2010). Atualmente é analista de finanças e controle - Controladoria-Geral da União, exercendo o cargo de Chefe de Divisão e sendo o Chefe Substituto do titular da CGU-R/BA. Suas principais obras são: Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: limites e possibilidades de fomento ao controle social. Revista da CGU, v. 06, p. 41-58, 2009; Limites e Possibilidades do Exercício do Controle Social Frente ao Patrimonialismo: o caso dos conselhos municipais do FUNDEB, saúde e assistência social de Pres. Tancredo Neves na Bahia.. Brasília: ESAF, 2011 (Livro em fase final de edição - Prêmio ESAF de Educação Fiscal e Financeira - Monografias Premiadas); Curso de Gestão Pública - Módulo Controles e Responsabilidades na Adm Publica. 2010; Curso de Formação para novos servidores da CGU. 2007 (Curso de curta duração ministrado/Outra).

O Controle Social pode ser considerado como uma ferramenta para que o cidadão possa, de certa forma, participar e fiscalizar a gestão pública. Os programas de assistencialismo não são tão eficientes quanto deveriam ser, muitas são as situações que não favorecem e impactam negativamente na efetividade das políticas públicas, como é o caso do desvio de recursos financeiros que servem para subsidiar a execução de tais atividades. Acreditava-se que a causa dessa ineficiência fosse devido a limitação da autonomia do governo estadual e municipal na época do Regime Militar, com certeza essa limitação gerou muitos impactos negativos. A partir da Constituição Federal de 1988 os governos estaduais e municipais recuperaram sua autonomia política e aos poucos as mudanças começaram a acontecer. A responsabilidade da gestão das políticas sociais foi transferida da União para os estados e municípios consequentemente o mesmo aconteceu com os recursos financeiros destinados para esse fim. Ainda assim o resultado não foi satisfatório, os recursos continuavam sendo desviados. A Controladoria Geral da União (CGU) criou em 2003 o Programa de Fiscalização de Municípios a partir de sorteios públicos, desde então várias irregularidades foram

identificadas, e como sempre o desvio das verbas, entre outras. Por iniciativa da CGU em 2004 foi criado o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, com intuito de capacitar membros de conselhos municipais, servidores públicos e lideranças municipais sobre a correta execução dos programas e projetos sócias e fiscalização das atividades desenvolvidas. A ação fiscalizatória não é apenas competência da CGU, o Controle Social exercido pelo cidadão também é fiscalização, a intenção principal é ajudar a combater a corrupção e fortalecer a transparência da gestão. No início houve resistência por parte dos servidores públicos mas com o passar do tempo foram aderindo, por reconhecerem a importância e benefícios do programa. A efetividade do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público só se dará com a participação dos cidadãos, que são os maiores beneficiados. Reduzir as desigualdades sociais é uma tarefa difícil, porém não é impossível, é necessário primeiramente a conscientização da sociedade que tem o poder de intervir na gestão dos recursos públicos, a CGU disponibiliza vários materiais educativos, como exemplo as cartilhas, para que não somente, apenas os servidores públicos, como também os cidadãos civis possam adquirir conhecimento sobre os programas sociais e até incentivam a participar de algum conselho. É necessário que haja avaliação se o programa está alcançando os objetivos esperados, o que é uma carência nas atividades da administração pública do nosso país. De forma geral é importante observar que o Brasil está passando por diversas mudanças, fortalecendo a transparência pública garantindo assim mais seguranças nas suas atividades, destacando que é importante continuar nessa proposta de aproximar o cidadão da administração pública.

Cajazeiras, 27 de outubro de 2012

Maria Simone Leite Dantas